

# Debates e reflexões sobre a Filantropia no Brasil.

EDITORAS:

Caroline Hartnell (Inglês)

Ana Valeria Araujo e Graciela Hopstein (Português)



*Filantropia para Justiça Social e Paz  
Rede de Filantropia para a Justiça Social*

#### Foto da capa

A floresta amazônica está entre as biorregiões mais ricas do planeta e abriga dezenas de milhares de povos indígenas, alguns ainda isolados. Hoje em dia, o fato de que as regiões mais bem preservadas do planeta estão sob os cuidados das comunidades tradicionais é ampla e cientificamente difundido, assim como o sofisticado conhecimento de povos indígenas sobre a rica biodiversidade em que vivem. Eles agora se encontram sob extrema ameaça à medida que seus territórios estão localizados no caminho de megaprojetos de desenvolvimento de infraestrutura como barragens, oleodutos, hidrovias e estradas que apoiarão o crescimento da mineração industrial, extração madeireira, criação de gado, monoculturas como soja e óleo de palma, exploração de petróleo e gás e assim por diante.

Esta foto mostra o povo Munduruku abençoando seu rio, o Tapajós, durante uma grande caravana que organizaram com ativistas locais e comunidades ribeirinhas para chamar a atenção para a situação e para o enorme impacto que uma série de barragens planejadas para este rio teria não apenas para eles, mas para o planeta inteiro. O Fundo CASA tem apoiado comunidades nativas em toda a região Pan-Amazônica para que organizem e aprimorem seus meios de subsistência e se unam para garantir seus direitos constitucionais e internacionais de serem consultados e terem voz sobre quaisquer planos que afetem seu território.

**Crédito da foto:** Fundo CASA/Attilio Zolin (agosto de 2016)

Os artigos foram traduzidos do inglês para o português por Adriana Osorio de Moraes e Michel Teixeira

**Desenho de capa:** Andrey Leitão

**Esta publicação (formato digital) está disponível em:**

<http://www.redefilantropia.org.br/publicacoes>

**Para ler o relatório completo em inglês, visite:** <http://www.psjp.org/resources/philanthropy-in-brazil/>

**Para ler a síntese do relatório em português, visite:**

[http://www.redefilantropia.org.br/publicacoes\\_ler.php?id=169](http://www.redefilantropia.org.br/publicacoes_ler.php?id=169)

**Philathropy for Social Justice and Peace:** [www.psjp.org](http://www.psjp.org)

**Rede de Filantropia para a Justiça Social, acesse:** [www.redefilantropia.org.br](http://www.redefilantropia.org.br)

Esta obra está sob a Licença Internacional Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike4.0



[www.creativecommons.org](http://www.creativecommons.org)

## Sumário

<b>Introdução: Debates e reflexões sobre a filantropia no Brasil</b> Ana Valéria Araújo e Graciela Hopstein .....	4
<b>Filantropia no Brasil: os financiadores podem desempenhar um papel mais substancial?</b> Ana Valéria Araújo .....	12
<b>Brasil, filantropia e desigualdade</b> Fernando Rossetti.....	16
<b>Filantropia no Brasil: obstáculos, desafios e oportunidades</b> Graciela Hopstein ..	20
<b>A filantropia brasileira vai pular a "fase de grantmaking" e passar diretamente a um modelo de investimento de impacto?</b> Jessica Sklair.....	24
<b>Novos intermediários inovadores contribuem para o cenário da filantropia no Brasil</b> Leonardo Letelier e Luiza Serpa .....	28
<b>A Rede de Filantropia para a Justiça Social: um ator estratégico em apoio à sociedade civil no Brasil</b> Graciela Hopstein .....	31
<b>Mensagem ao nosso presidente sobre a filantropia nacional e o papel da sociedade civil na proteção da região amazônica</b> Ana Toni.....	35
<b>A Filantropia no Brasil: oportunidades além do Bolsonaro</b> Márcia Kalvon Woods e João Paulo Vergueiro .....	38
<b>‘Ordem e progresso’ e generosidade?</b> William Renaut .....	40

## Introdução: Debates e reflexões sobre a filantropia no Brasil

Ana Valéria Araújo e Graciela Hopstein

Em junho de 2018 foi lançado o relatório *Filantropia no Brasil*, um documento de trabalho coordenado por *Philanthropy for Social Justice and Peace* (PSJP), de autoria de Caroline Hartnell e Andrew Millner que contou com a parceria da Rede de Filantropia para a Justiça Social e do WINGS para a sua publicação e divulgação. Como mencionado no documento síntese (disponível em português), esse trabalho foi elaborado por meio de entrevistas com pessoas que atuam na promoção da filantropia no Brasil e integra uma série de relatórios analíticos sobre a atual situação da filantropia em vários países e regiões (Rússia, Índia, Países Árabes e outros em processo de preparação).

Considerando-se que o relatório foi concebido como um trabalho aberto, na verdade, um pontapé inicial, que não pretende ser um documento completo e acabado, PSJP convidou algumas pessoas do campo (muitas das quais participaram das conversas com Caroline e Andrew) para depois escreverem textos curtos – publicados originalmente em inglês – contendo reflexões sobre as tendências e informações apresentadas, complementando e/ou problematizando o trabalho analítico realizado pelos autores.

Desta forma, os nove textos que integram esta coletânea surgem da necessidade de aprofundar e complementar as análises apresentadas no relatório de 2018, inclusive levando em conta o cenário político brasileiro que passa por mudanças significativas desde então, as quais vêm impactando sobremaneira o setor filantrópico e a sociedade civil no Brasil.

Se bem é possível afirmar que há um ano o país já estava atravessando uma grave crise política e econômica (iniciada antes do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e aprofundada ao longo da gestão do Governo Temer), a situação ficou ainda mais complexa no ano de 2019.

Os anos de 2017 e 2018 estiveram marcados por um cenário recessivo na economia e pela retração e/ou esvaziamento de políticas públicas nas áreas de meio ambiente, cultura, direitos humanos, educação, saúde, entre outras. Isso implicou numa visível regressão no campo dos direitos de cidadania, alcançando principalmente minorias, grupos e populações historicamente excluídas, segmentos quase sempre invisibilizados e impedidos de “ter direito a direitos”<sup>1</sup>, e que, nos governos passados, foram de alguma forma beneficiados por programas de acesso a bens e serviços públicos de caráter universal. Nesse contexto, o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro, em março de 2018, constitui episódio sem precedentes, com imenso

---

<sup>1</sup> Arendt, Hannah, *A Condição Humana*. Forense Universitária: Rio de Janeiro; 2016.

impacto sobre os ativistas e movimentos de direitos humanos no Brasil, expondo ainda mais os riscos da luta por respeito a direitos.

O cenário político brasileiro ficou ainda mais crítico e polarizado ao longo da campanha eleitoral de 2018, que levou o candidato Jair Bolsonaro à Presidência em janeiro de 2019. A polarização instalada durante a campanha – desenvolvida principalmente através de mídias sociais e baseada na disseminação de *fake news* – e agudizada desde então, despertou na sociedade brasileira um pensamento beligerante de contraposição, gerando desconfianças e provocando manifestações de ódio diante de tudo que não faz parte do “ideário moral” agora instalado. A imprensa, os intelectuais, artistas, a universidade, a ciência, as ONGs nacionais e internacionais, a sociedade civil em geral, ativistas, mulheres, negras e negros, comunidade LGBTI, povos indígenas e populações tradicionais, além da classe política como um todo e as instituições instaladas desde o processo de redemocratização converteram-se nos principais alvos de ataque e retaliação

São muitos os aspectos preocupantes relacionados ao governo atual, desde a pouca experiência e dificuldade para conduzir um país com a complexidade e dimensões continentais do Brasil, até as alianças com os setores mais conservadores da sociedade, que pautam e reafirmam agendas regressivas. O que mais chama a atenção é a plataforma política instalada, marcada não apenas pela ausência de programas para combater os profundos problemas sociais e econômicos, mas, principalmente, pela exploração de preconceitos e criação de inimigos internos e externos. Racismo, sexismo, homofobia, misoginia, intolerância religiosa e a perseguição ideológica de “inimigos políticos” – são manifestações evidentes da agenda política da atual gestão. Como afirma Lilia Moritz Schwartz<sup>2</sup>, num momento em que achávamos que a democracia havia se consolidado como um valor fundamental e universal – garantindo a liberdade e igualdade dos/das cidadãos/as – estamos assistindo no Brasil e no mundo ao crescimento de manifestações de ódio e desrespeito às diferenças.

Certamente, o cenário apresentado vem afetando o campo da sociedade civil, e vários dos artigos aqui reunidos abordam a análise do contexto político como um aspecto fundamental e determinante para entender o momento atual da filantropia brasileira.

Ana Toni, no artigo da sua autoria – Mensagem ao nosso presidente sobre a filantropia nacional e o papel da sociedade civil na proteção da região amazônica –, denuncia de forma contundente as ameaças do atual governo com relação ao recebimento de financiamento internacional e à atuação de

---

<sup>2</sup> Lilia Moritz Schwartz. Como o cultivo à descrença generalizada fez o Brasil cair na Esparrela autoritária. Revista Época, 20 de maio de 2019.

organizações locais que trabalham em questões ambientais ou de direitos humanos na Amazônia, como também o questionamento profundo à criação e preservação de terras indígenas. Como assinala a autora: “essas declarações por si só nos deixam extremamente preocupados com o atual governo e suas possíveis ações em questões relacionadas à liberdade da sociedade civil, ao meio ambiente e aos direitos humanos e, também, refletem sua visão xenófoba acerca de organizações internacionais, sejam ONGs ou do campo da filantropia”.

Por sua vez, o texto de João Paulo Vergueiro e Márcia Kalvon Woods, enquanto destaca as ameaças e os riscos da gestão Bolsonaro para o setor filantrópico brasileiro, também aponta para as oportunidades que se abrem no campo: “esse novo mandato de quatro anos que acaba de começar pode ser a oportunidade que precisamos para defender a filantropia como uma prioridade política (...) mas isso vai depender da nossa capacidade de trabalharmos juntos, como setor, para o nosso bem comum”.

O artigo ‘Ordem e progresso’ e generosidade? A filantropia brasileira resumida em poucas palavras, de autoria de William Renaut, cedido para esta coletânea, aponta também para os possíveis impactos e retrocessos no campo da filantropia brasileira. Na sua opinião, isso pode representar uma ameaça não apenas frente aos avanços já conquistados, mas também com relação à existência e/ou encolhimento dos espaços da sociedade civil. De fato, uma das medidas tomadas pelo atual governo nos primeiros meses de gestão foi a extinção de diversos conselhos de políticas públicas – instâncias estratégicas que incluíam a participação da sociedade civil para a tomada de decisão sobre múltiplas agendas.

Se a filantropia brasileira já apontava para algumas debilidades e desafios, o atual cenário político pode representar importantes retrocessos para o campo. Se bem o relatório aponta que a crise atual afeta de maneira diferente o setor filantrópico, é importante reconhecer que ainda temos outros “velhos” desafios a enfrentar, como a desconfiança da população em relação às ONGs e a falta de entendimento sobre o seu papel. Tal situação, apontada por uma das autoras deste texto, Ana Valéria Araújo, no artigo “Filantropia no Brasil: os financiadores podem desempenhar um papel mais substancial?”, ajudaria a explicar o lento crescimento da filantropia de justiça social no país. Certamente, no contexto atual, quem mais vem sofrendo são aqueles atores que trabalham em áreas politicamente sensíveis, vinculadas aos campos de direitos humanos e justiça social. Estes são obrigados a operar em um cenário de grande incerteza e adversidade, não apenas pela falta de recursos financeiros disponíveis, mas também porque a situação os coloca perante a necessidade de criar estratégias permanentes de resistência frente às constantes ameaças e retaliações originárias dos grupos de poder agora cada vez mais fortalecidos.

Os textos destas duas autoras, Ana Valeria Araújo e Graciela Hopstein, bem como o de Fernando Rosetti analisam as principais tendências da filantropia brasileira com base nos resultados publicados no relatório: a sua tímida expansão em vista do potencial econômico do país; o advento da filantropia empresarial como o setor que mais mobiliza e investe recursos na área social, ao lado do surgimento de novos atores e dinâmicas, tais como a filantropia familiar e as empresas sociais; a escassez de recursos para apoio direto às organizações da sociedade civil (em outras palavras, a inexistência de uma cultura de *grantmaking*), particularmente para aqueles que trabalham nas áreas de justiça social e direitos humanos.

Esses artigos apontam também para uma questão fundamental: embora a filantropia brasileira demonstre novas tendências e potencialidades com base em um ecossistema cada vez mais complexo e diversificado, ela ainda é de baixa intensidade. Esta afirmação leva em conta: a ausência de um arcabouço legal para promover doações; uma cultura de doação mais voltada para as áreas de educação e/ou bem-estar e menos para a justiça social; a criminalização de ONGs e movimentos sociais que trabalham com questões de direitos; um diálogo tímido e incipiente entre os múltiplos atores que trabalham na área; e finalmente obstáculos conceituais associados ao próprio conceito de filantropia.

Certamente, o conceito de filantropia no Brasil carrega consigo conotações pejorativas e, como afirma Graciela Hopstein, autora deste texto, em um de seus artigos, “precisamos libertar a filantropia de seu estado de maldição”. É por essa razão que é fundamental recuperar o significado original de “humanitarismo, ajuda e amor pelos outros/as”. Ana Araújo também levanta uma questão crucial sobre a gama de significados que o conceito de filantropia assume no Brasil. O termo filantropia ainda hoje está normalmente associado a ações de caridade, enquanto o conceito de investimento social, comumente “mais aceito” por alguns setores, se pretende tão abrangente quanto o primeiro. Ocorre que a noção de filantropia está normalmente associada à doação em função das necessidades de quem recebe, enquanto que o investimento social privado, ao desenvolvimento de programas e projetos criados e implementados por instituições de filantropia empresarial, em geral em função de suas próprias estratégias. Uma coisa, portanto, não é necessariamente sinônimo da outra, ainda que ambas possam gerar resultados relevantes.

O artigo de Fernando Rosetti aponta para outra questão fundamental: a baixa cultura de doação no Brasil, apresentando um descompasso entre as potencialidades econômicas das classes abastadas e as vastas desigualdades do país: “somos o terceiro país mais desigual do mundo, de acordo com o indicador de desigualdade de renda de 2018 da OCDE, atrás apenas da Costa Rica e da África do Sul, embora sejamos a oitava maior economia do mundo. Então, por que os brasileiros não deveriam estar dispostos a contribuir com a

maior parte de seu patrimônio para causas filantrópicas?”. Reforçando a análise com relação a esta tendência, de acordo com o CAF *World Giving Index* (WGI) – que mede o grau de solidariedade de nações ao redor do mundo – o Brasil ocupa a 122ª posição de 146 países e foi o pior colocado na América Latina.

Como já mencionado, um dos fenômenos que mais chama a atenção, abordado tanto no relatório como nos diversos artigos, é a falta de iniciativas de apoio à sociedade civil no Brasil, sinalizando a baixa cultura de *grantmaking* no campo da filantropia local. Nesse sentido, há um vácuo no mapa de apoio financeiro à sociedade civil, afetando principalmente organizações de pequeno e médio porte, além de coletivos e grupos comunitários, particularmente os que trabalham no campo de direitos humanos e justiça social.

De acordo com o Censo GIFE 2016, apenas 16% das fundações e institutos empresariais (membros do GIFE) se concentram principalmente em doar recursos para organizações sociais, enquanto 41% declaram que trabalham de forma mista, ou seja, desenvolvem seus próprios programas e doam recursos a terceiros. A ausência de práticas e ações de *grantmaking* na filantropia corporativa pode ser explicada tanto pela ausência de um marco regulatório que favoreça as doações, como pela possível falta de confiança nas organizações da sociedade civil.

Assim sendo, apesar do baixo desenvolvimento do *grantmaking* no Brasil, o surgimento da Rede de Filantropia para a Justiça Social representa um grande avanço. Certamente a Rede é um ator estratégico no campo filantrópico brasileiro já que os 11 membros que a integram, fundos e fundações comunitárias, todos especializados em *grantmaking*, representam uma alternativa eficaz para financiar e fortalecer organizações, movimentos, lideranças e ativistas da sociedade civil no país. Por meio de estratégias diversificadas de apoio, as organizações membros da Rede promovem o acesso democrático a recursos financeiros em áreas geográficas remotas e "periféricas", envolvendo populações marginalizadas (e frequentemente criminalizadas) no que se refere ao acesso aos direitos.

Com base em informações coletadas em diferentes pesquisas, entre 2000 e 2017 as organizações membros doaram diretamente um total de R\$ 146.895.761 (em torno de US\$ 41.970.217) para 10.669 ONGs e movimentos sociais no Brasil. Isso mostra quão significativa é a atuação da Rede em termos de alcance e volume dos recursos doados para apoiar iniciativas no campo dos direitos humanos e da justiça social no Brasil.

Outra questão fundamental levantada no relatório é o baixo nível de desenvolvimento da filantropia comunitária no Brasil. Embora existam quatro fundações comunitárias – três das quais integram a Rede – a filantropia comunitária no país certamente não segue as tendências de crescimento

global. A tímida expansão desta prática no Brasil está relacionada a uma questão de visão e abordagem, já que a filantropia comunitária – que não se restringe à atuação das fundações comunitárias – deve ser entendida como uma estratégia ampliada. Trata-se de estratégia baseada no reconhecimento de ativos locais e na valorização do papel das comunidades e das suas lideranças na promoção de ações coletivas voltadas para alcançar o desenvolvimento durável de um determinado território, de acordo com as potencialidades e necessidades das populações locais. Fortalecer as suas vozes e o seu poder em busca de soluções próprias para problemas locais, bem como reconhecer a existência de diversas experiências voltadas para “mobilizar recursos locais para serem reinvestidos nas comunidades” constituem ponto de partida fundamental para pensarmos a expansão e fortalecimento da filantropia comunitária no país.

Partindo desses princípios e do potencial de crescimento desta linha de atuação, a Rede, o GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), e o *Global Fund for Community Foundations* (GFCF) estabeleceram uma parceria em 2019 com a finalidade de promover debates e troca de experiências sobre a temática, reconhecendo e dando visibilidade às iniciativas existentes e estimulando a criação de novas junto a atores que atuam no campo da filantropia e do investimento social privado (ISP), buscando engajar os que já o fazem e sensibilizar novos.

Por sua vez, o artigo de Jessica Skliar traz uma interessante provocação com relação ao desenvolvimento do campo do *grantmaking* no país: “será que a filantropia brasileira está pronta para pular a fase de *grantmaking* e passar diretamente a um modelo baseado em investimentos, levando o foco para ainda mais longe das organizações da sociedade civil, na direção de empresas sociais como veículo preferido para impulsionar mudanças sociais?” Analisando o cenário, Jessica manifesta a sua preocupação sobre a necessidade e a “urgência” de continuar incentivando o *grantmaking* entre os filantropos brasileiros. Na sua visão, é importante que as tendências emergentes voltadas para a promoção dos investimentos de impacto e negócios sociais sejam projetadas para complementar o trabalho e a especialização de organizações do setor civil, e que não se tornem concorrentes com relação aos já escassos recursos de financiamento disponíveis. Cremos que, em face do atual contexto político, isso se torna ainda mais relevante.

Completando a análise, o artigo de Leonardo Letelier e Luiza Serpa – Novos intermediários inovadores contribuem para o cenário da filantropia no Brasil – apresenta o surgimento de novas dinâmicas de atuação no campo. Como afirmam os autores, entre as fundações familiares, corporativas e comunitárias situam-se organizações como a SITAWI Finanças do Bem, com sua oferta de “gestão de fundos filantrópicos”, e o Instituto Phi, que fornece algo que poderia

ser chamado de "intermediação filantrópica". Como afirmam os autores, “em um país como o Brasil, onde doar não é exatamente a norma, é importante encontrar os potenciais doadores no lugar onde estão. O papel da intermediação é, em parte, fazer isso. Ela também abre as portas para ajudar os doadores a se tornarem mais sofisticados em sua abordagem e a apoiar causas mais "difíceis", como os direitos humanos e a justiça social”.

Certamente, o papel de intermediação das organizações analisadas por Leonardo e Luiza é bastante distinto do modelo em que se enquadram os membros da Rede. Embora a grande maioria dos fundos e fundações comunitárias mobilize recursos com fundações internacionais, eles devem ser vistos não apenas como entidades que trabalham em nome dessas grandes fundações doadoras, e sim como seus parceiros locais, com capacidade de identificar e defender causas prioritárias, mapear e garantir acesso a todos os atores, inclusive nas regiões mais remotas, desenvolver ações de fortalecimento individual e institucional – *capacity building* – complementares ao repasse de recursos e de promoção da articulação entre atores e organizações, o que agrega valor substancial e deve ser entendido também como doação indireta.

As organizações membro da Rede são atores locais, com profundo conhecimento dos contextos sociopolíticos brasileiro e latino-americano, das agendas temáticas que desenvolvem, das redes existentes nas áreas e nos territórios de atuação. Elas têm uma forte capacidade de coordenar, compreender demandas específicas e oferecer respostas imediatas às necessidades de grupos, coletivos e movimentos sociais, razão pela qual não podem ser entendidas como "intermediários", mas sim como organizações *grantmakers* locais, doadoras da sociedade civil.

O panorama apresentado através dos artigos reunidos nesta publicação demonstra que o cenário filantrópico brasileiro é complexo e que ainda precisa ser fortalecido em algumas áreas estratégicas, como na promoção da cultura de doação e no desenvolvimento de ações e práticas de apoio à sociedade civil. Mas, ao mesmo tempo, é importante reconhecer que nos últimos anos este mesmo cenário filantrópico brasileiro alcançou um grau de maturidade que o tornam capaz de incorporar novas reflexões e debates.

A necessidade de uma maior colaboração entre os atores que atuam no campo e a superação de práticas patrimonialistas que, como ressalta Fernando Rossetti, alcançam não apenas a filantropia, mas atravessam de forma geral o pensamento político brasileiro, são alguns dos desafios que devemos enfrentar daqui para frente. O futuro é incerto e preocupante, mas se efetivamente conseguirmos pensar na lógica do compartilhamento e do bem comum para o setor, conseguiremos avançar. Como afirmam João Paulo e Marcia: “há muito o que fazer e muito a ganhar. Esperamos chegar lá”.

Rio de Janeiro e São Paulo, maio de 2019.

**Ana Valéria Araújo** é diretora-executiva do Fundo Brasil de Direitos Humanos e **Graciela Hopstein** é coordenadora-executiva da Rede Brasileira de Filantropia para a Justiça Social.

## Filantropia no Brasil: os financiadores podem desempenhar um papel mais substancial?

Ana Valéria Araújo

A filantropia tem potencial para exercer uma função muito mais abrangente na ampliação e na consolidação da democracia no Brasil. O documento de trabalho intitulado *Philanthropy in Brazil* (Filantropia no Brasil), publicado pela rede *Philanthropy for Social Justice and Peace* (PSJP; Filantropia para a justiça social e a paz) em associação com a Revista *Alliance*, a rede WINGS e a Rede de Filantropia para a Justiça Social, é uma ferramenta importante para compreender de modo mais abrangente a situação do país em termos filantrópicos e o que nos impede de sermos mais ousados e eficientes em nossos esforços, em prol de um Brasil justo e igualitário.

Esses esforços são ainda mais relevantes no Brasil de hoje, que vem enfrentando uma profunda crise política e econômica com graves desdobramentos na sociedade civil e, especialmente, em organizações promotoras de direitos. Defensores do meio ambiente e dos direitos humanos estão em situação de risco, em vista do alarmante aumento no número de agressões e assassinatos de ativistas.

O relatório começa a preencher a lacuna existente no conhecimento sobre abordagens filantrópicas que possam levar a uma mudança necessária ao paradigma local de doação, ajudando financiadores a entender por que e como apoiar uma sociedade civil independente. Os financiadores podem assumir mais riscos e atacar de forma maciça as raízes das desigualdades? Podemos sair de nossa zona de conforto e decidir enfrentar as causas, e não apenas os sintomas, apoiando ONGs e grupos de base que defendam direitos humanos? É possível apoiar o desenvolvimento do setor de ONGs independentes no Brasil? O que poderia fazer a diferença?

### Um panorama abrangente da filantropia no Brasil

O relatório mostra um panorama abrangente das formas de doação, cobrindo desde filantropia empresarial, fundações familiares e investimentos de impacto até a filantropia comunitária, filantropia para justiça social e doações feitas por pessoas físicas. Embora não tenha a pretensão de apresentar uma pesquisa completa, de amplo escopo, o relatório oferece um bom ponto de partida para um trabalho que beneficie os brasileiros e sirva de base para a criação e/ou ampliação de iniciativas.

O documento *Philanthropy in Brazil*, escrito por Caroline Hartnell e Andrew Milner, faz parte de uma série produzida pela PSJP sobre o estado atual da filantropia em economias emergentes. Ele nos oferece a oportunidade de

conscientizar a comunidade filantrópica mundial não apenas sobre os progressos obtidos e as oportunidades para o futuro, mas também sobre as complexidades e desafios que o setor filantrópico no Brasil tem diante de si.

O relatório deixa claro que o setor filantrópico brasileiro ainda não conseguiu, na visão de muitas pessoas, atingir seu pleno potencial. Não restam dúvidas sobre o crescimento do setor, mas ele ainda está aquém do crescimento das riquezas do país. Embora já seja possível testemunhar um considerável progresso na promoção da cultura de doação no país, o debate sobre a relevância da filantropia para a justiça social ainda é incipiente, e seu papel não é bem compreendido.

### **Problemas terminológicos**

O relatório oferece uma boa visão geral dos problemas terminológicos que afetam — e tendem a complicar — a interação da filantropia brasileira com o resto do mundo. Às vezes perdemos um tempo precioso explicando aos estrangeiros o significado de expressões brasileiras e o sentido subjacente à “singularidade” do nosso sistema.

A maior organização guarda-chuva para a filantropia institucional no Brasil, o GIFE, cunhou há muito tempo o termo “investimento social privado”, que costuma ser apresentado como o substituto genuinamente brasileiro para o conceito de filantropia. Hoje, embora o GIFE argumente em prol de um sentido mais inclusivo, o termo ainda é largamente associado à filantropia empresarial e ao vocabulário corporativo. Estamos fazendo um esforço para trazer o conceito de filantropia de volta ao centro dos debates, com a Rede de Filantropia para a Justiça Social reforçando o significado mais amplo e positivo do termo, associado a doações e ao financiamento de projetos sociais. A verdade é que há mais muito mais em jogo neste debate do que a terminologia pura e simples, e para desenvolver uma filantropia mais estratégica é preciso olhar além.

### **Filantropia institucional no Brasil**

O relatório mostra que a filantropia empresarial se tornou um ator importante na filantropia brasileira e, hoje, se constitui na parte mais relevante e visível do setor, dando prioridade à educação, ao desenvolvimento de jovens, à arte e à cultura. Fundações familiares, que se tornaram mais comuns nos últimos anos, tendem a seguir um caminho semelhante, com raras exceções.

O relatório também revela que doadores institucionais não são primordialmente financiadores de projetos sociais e, em larga medida, preferem alocar os seus funcionários para administrar diretamente seus programas. Uma parte considerável da filantropia no Brasil tem aversão ao risco e prefere se dedicar ao fornecimento de serviços, em vez de usar os recursos para fazer doações a organizações da sociedade civil. Entretanto, o GIFE afirma que a maioria de

seus membros já declarou a intenção de adotar o modelo de financiamento de projetos sociais. Além disso, há sinais de um crescente interesse dos doadores em apoiar iniciativas que promovam uma pauta mais democrática.

A falta de apoio institucional a questões relacionadas a direitos reflete o que ocorre em outras partes do mundo, em que causas progressistas como direitos humanos, questões de gênero e fundiárias são enfrentadas por pequenas minorias. Assim, fundos de justiça social e um punhado de fundações comunitárias fornecem financiamento crucial para ONGs, organizações de base, movimentos sociais e defensores dos direitos humanos no Brasil. Esses são alguns dos desenvolvimentos mais significativos promovidos na filantropia brasileira nos últimos dez anos. A maioria dos recursos necessários para os programas de financiamento de projetos sociais ainda são concedidos por fontes internacionais.

### **Desenvolvimentos e possibilidades**

O estudo destaca desenvolvimentos e possibilidades, com atenção especial a inovações e iniciativas criativas. Hoje, a ideia de investimentos de impacto e empreendimentos sociais/empresas sociais parece estar atraindo mais atenção no Brasil. Ao mesmo tempo, surgem iniciativas para promoção de uma cultura de doação. Doações individuais têm potencial para assumir um papel muito mais abrangente no fortalecimento de uma sociedade civil independente. Doações online, como o *crowdfunding*, estão se tornando cada vez mais comuns. Na prática, porém, todas essas ações ainda são relativamente limitadas, e os valores investidos ainda são pequenos.

Felizmente, há vários sinais que nos dão motivos para comemorar, tais como o aumento no número de parcerias entre financiadores da justiça social e outros, bem como os níveis cada vez maiores de transparência de doações em geral.

### **Os desafios do setor**

O relatório aborda diretamente a situação política no Brasil, e aponta que a crise atual afeta de maneiras diferentes as diferentes partes do setor filantrópico. A desconfiança do público em relação às ONGs e a falta de entendimento do papel destas estão entre as principais razões para o lento crescimento da filantropia no país. Quem mais sofre são aqueles que trabalham em áreas ditas politicamente sensíveis e são obrigados a operar em um cenário de grande incerteza. Esforços para fortalecer as ONGs e aumentar a confiança do público nestas organizações são necessários.

A falta de financiamento de projetos sociais é percebida como um dos pontos fracos do setor filantrópico, e fica claro que a filantropia institucional poderia fazer mais para fortalecer a sociedade civil. Por esta razão, diferentes partes do setor parecem sentir a necessidade de delinear novas estratégias, mais eficazes.

Outro ponto abordado no relatório é a legislação desfavorável, um dos maiores obstáculos para o aprimoramento do modelo filantrópico brasileiro. O imposto que incide sobre doações e a falta de regulamentação para fundos patrimoniais representa uma carga substancial para os doadores e solapa a maioria dos esforços em prol de uma cultura de doação. O governo brasileiro não é oficialmente hostil, mas não oferece qualquer apoio ao desenvolvimento da filantropia. A falta de regulamentação e de incentivos fiscais, aliada à dificuldade de entender a relevância de organizações da sociedade civil, é uma das causas da relutância do público em geral em fornecer doações a ONGs.

### **Perspectiva futuras**

O panorama apresentado no relatório fica mais completo com a inclusão de informações que lançam luz sobre algumas lacunas presentes no documento. Para começo de conversa, uma pitada de filantropia tradicional, que, de certa forma, está ausente do relatório, pode nos ajudar a entender melhor como chegamos aonde estamos agora. O fluxo de pessoas que não tem vínculos com a sociedade civil e decidem trabalhar com filantropia também deve ser levado em conta, bem como as tensões entre gerações e as diferenças entre as regiões do Brasil. Todos estes elementos são relevantes para nos ajudar e entender melhor a filantropia em nosso país.

O relatório reforça a ideia de que o paradigma da doação precisa mudar, e que é possível transformar poder em filantropia. As possibilidades de ruptura com os velhos modelos são bem abordadas no relatório, e estamos buscando maneiras de desenvolver uma filantropia mais estratégica. Para mim, fica claro que a filantropia da justiça social é crucial para a questão, pois assim nos preocupamos menos com números e procedimentos e mais com o que de fato queremos realizar neste campo. O relatório *Philanthropy in Brazil* nos fornece muitos insumos que ajudam e enfrentar o desafio de promover profundas mudanças estruturais que possam tornar o nosso país mais igualitário.

**Ana Valéria Araújo** é diretora-executiva do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Um líder de uma fundação, certa vez, me propôs que convidássemos Bill Gates para lançar o *Giving Pledge*<sup>1</sup> no Brasil. Eu respondi que o *Pledge* implicava a doação da maior parte do patrimônio de uma pessoa ou casal, e que eu achava que haveria poucos brasileiros ricos dispostos a fazer isso. O diretor da fundação então me perguntou: "Será que não podemos negociar uma doação menor, algo como 10% ou 20% do patrimônio da pessoa?"

Sendo o secretário-geral do GIFE<sup>2</sup> nessa época, por volta de 2012, eu achei graça: como poderíamos nós, um grupo relativamente pequeno de fundações brasileiras, propor uma mudança no preceito do *Giving Pledge*? De qualquer forma, nós tentamos entrar em contato com a iniciativa nos EUA, mas nos disseram que nosso país não era uma prioridade naquele momento.

### Os brasileiros ricos deveriam estar dispostos a assinar o *Giving Pledge*?

Esse episódio me proporcionou alguns insights sobre a riqueza brasileira e a forma como ela opera — semelhante às reflexões que eu tive ao ler o relatório *Philanthropy in Brazil* (Filantropia no Brasil) da PSJP. Por um lado, não temos tantas pessoas que se consideram ricas o suficiente para doar mais da metade de seu patrimônio — na verdade, houve uma pessoa até o momento. O magnata do ramo imobiliário Elie Horn e sua esposa Susy assinaram o *Giving Pledge* em dezembro de 2015. Da lista de 42 bilionários brasileiros publicada pela Forbes em 2018, 30 têm menos de US\$ 3 bilhões. É uma enorme quantia de dinheiro para qualquer ser humano, mas passa a ser insignificante quando comparada à riqueza de muitos dos 190 signatários do *Giving Pledge*. Então, imaginei que a ideia de propor uma doação menor poderia estar levando em conta essa diferença.

Por outro lado, sendo alguém que trabalhou a vida toda pela justiça social, estou sempre ciente das vastas desigualdades em meu país. Somos o terceiro país mais desigual do mundo, de acordo com o indicador de desigualdade de renda de 2018 da OCDE, atrás apenas da Costa Rica e da África do Sul, embora sejamos a oitava maior economia do mundo. Então, por que os

---

<sup>1</sup> O *Giving Pledge* é uma campanha liderada por Bill Gates e Warren Buffett para encorajar pessoas ricas a contribuir com uma grande parte de sua riqueza para causas filantrópicas. Em abril de 2019, o compromisso tinha 190 signatários, indivíduos ou casais, de 22 países.

<sup>2</sup> A associação brasileira de organizações filantrópicas voltadas ao investimento social privado, como institutos, fundações e empresas. A cada 2 anos, o GIFE produz um censo com seus mais de 100 associados, que levanta as principais tendências do setor no Brasil.

brasileiros não deveriam estar dispostos a contribuir com a maior parte de seu patrimônio para causas filantrópicas, como proposto pelo *Pledge*?

Em *Os Donos do Poder*, um dos principais clássicos do pensamento político brasileiro, o historiador Raymundo Faoro classifica o Brasil como patrimonialista: um dos seus traços centrais é a mistura dos setores público e privado. O poder, a riqueza, a influência e o controle têm se concentrado de forma flagrante nas mãos dos mesmos poucos, desde que o país era colônia de Portugal.

## O que aconteceu com o "boom da filantropia"?

A imagem revelada pelo relatório *Filantropia no Brasil* não é lisonjeira. Colocando de forma direta: alguns dão um pouco para um pequeno número de causas. Claro, existem boas práticas, algumas bastante sofisticadas, mas elas são basicamente exceções. Além do quadro legal, historicamente desfavorável e instável para as organizações sem fins lucrativos, a profunda crise política e econômica que o país vem sofrendo desde 2013 tende a exacerbar essa cultura de não doação.

Quando a WINGS estabeleceu sua secretaria em São Paulo, na mesma época em que eu disse que estávamos tendo um "boom filantrópico", o Brasil decolava na capa do *The Economist*. O país era uma das poucas grandes economias que não foram severamente atingidas pelo colapso financeiro global de 2008. Mas, a partir de 2013, o país descarrilou, seu sistema político faliu, sua economia submergiu. Ninguém sabe quem será eleito presidente em outubro deste ano — e algumas alternativas são assustadoras<sup>3</sup>. Nos últimos anos, o investimento total em filantropia começou a cair pela primeira vez desde que é medido pelo GIFE, a partir de 2001.



*Brasil: em queda de 2009 para 2013 e além*

<sup>3</sup> Este artigo foi escrito na versão em inglês, pouco antes da eleição de Jair Bolsonaro.

Em 2010, quando a boa fase parecia estar se consolidando, o GIFE lançou a Visão ISP (Investimento Social Privado) 2020. Essa visão apresentava três pilares centrais: 1) um setor de investimento social relevante e legítimo; 2) um setor que cobria uma ampla gama de temas, regiões e públicos-alvo (com ênfase na justiça social); 3) um setor composto por um conjunto sustentável e diverso de investidores (com ênfase em *grantmaking*).

Com a riqueza aumentando rapidamente no Brasil, o GIFE previu, em 2010, que até 2020, um novo conjunto de fundações e institutos individuais e familiares poderia desempenhar a função de financiar organizações da sociedade civil, substituindo outras formas de investimento, como a ajuda internacional e a filantropia, que haviam migrado para regiões mais pobres do mundo na década anterior. O que tínhamos em mente era semelhante ao início do século 20 nos EUA, com seus filantropos emergentes como Henry Ford e Will Keith Kellogg.

### **Um setor principalmente avesso ao risco**

No Censo GIFE 2010, as organizações familiares constituíam 3% da amostra; já no de 2016, esse grupo cresceu para 19% dos 116 entrevistados. Isso foi estimulado pela Visão do GIFE para 2020, mas também reflete um crescimento real e rápido desse tipo de filantropia. No entanto, essas novas organizações têm tendido a agir como as organizações de filantropia corporativa mais estabelecidas, que operam principalmente seus próprios programas, em vez de fazer doações para organizações da sociedade civil. Há exceções importantes — e o relatório da PSJP relata algumas dessas histórias. Mas, em geral, o recém-nascido setor da filantropia familiar no Brasil não preencheu, de forma alguma, a lacuna deixada pelas fundações internacionais e organizações humanitárias.

Já faz quase duas décadas que as fundações corporativas vêm buscando alinhamento de seu investimento social privado aos seus negócios. Em geral, isso significa canalizar recursos para áreas de interesse da empresa, como a cadeia de suprimentos. Quando bem feito, esse alinhamento pode produzir um impacto socioambiental concreto, como, por exemplo, os varejistas que estão protegendo a Amazônia comprando e vendendo apenas produtos que não causam desmatamento. Mas pode também significar menos recursos para a filantropia propriamente dita.

### **Ampliando o escopo da filantropia brasileira**

As organizações da Rede de Filantropia para a Justiça Social, coeditoras brasileiras do relatório da PSJP, portanto, desempenham um papel crucial no Brasil. Elas ampliam o escopo da filantropia brasileira concentrando-se em temas que são evitados pelas organizações corporativas e familiares, em geral avessas ao risco, tais como direitos humanos e igualdade racial (aqui também

há exceções muito boas, também apresentadas pelo relatório). Esses fundos, em grande parte independentes, promovem o fortalecimento das organizações da sociedade civil por meio de doações.

Como bem descrito pelo relatório, o Brasil não possui uma sociedade civil bem estabelecida e reconhecida. Durante a maior parte da história do país, a cultura política se deu de cima para baixo. A democracia é bastante recente — a última ditadura terminou há pouco mais de 30 anos. As palavras "Ordem e Progresso" na bandeira brasileira hoje fazem parte da estratégia de marketing do governo que assumiu após o impeachment de Dilma Rousseff, que era mais de esquerda, em 2016. "Ordem" no Brasil significa um governo forte e centralizado, controlando o executivo, o legislativo e o judiciário — assim como a economia —, tudo ao mesmo tempo.

A sociedade civil, especialmente a parte dela que defende a justiça social, é frequentemente acusada de se mover na direção oposta. Ela é mais identificada com aqueles que historicamente foram marginalizados pela governança patrimonialista do país. Para muitos dos atuais burocratas e políticos do governo, a dissidência é vista como desordem.

Fazer com que a filantropia brasileira passe da operação ao *grantmaking* e de um foco em interesses restritos a uma orientação de justiça social tem implicações que vão muito além de alcançar um novo "paradigma de doação" no país. Significa mover estruturas tectônicas de poder e concentração de riqueza que estão em vigor desde a descoberta do Brasil, em 1500.

**Fernando Rossetti** é consultor na *Reos Partners*, empresa social internacional voltada a promover transformação social. Ele foi secretário-geral do GIFE de 2004 a 2013 e presidente do Conselho de Diretores da WINGS de 2008 a 2012.

## Filantropia no Brasil: obstáculos, desafios e oportunidades

Graciela Hopstein

A filantropia brasileira está em processo de amadurecimento e em clara expansão, além de se tornar mais diversificada como indicam os dois estudos publicados recentemente sobre o tema: o relatório *Philanthropy in Brazil* (Filantropia no Brasil), lançado no Brasil em junho de 2018, e o livro, intitulado *Filantropia de Justiça Social sociedade civil e movimentos sociais no Brasil*, em abril de 2018. Ambas as publicações derivam da necessidade de avaliar práticas, estratégias e resultados alcançados pela filantropia local e tornar mais visível um fenômeno pouco conhecido ou valorizado pela sociedade brasileira, inclusive nos âmbitos acadêmico e da sociedade civil.

É importante enfatizar que muitos dos argumentos e tendências apresentados nesses dois estudos se baseiam em informações obtidas de estudos existentes, que oferecem uma análise mais aprofundada de áreas específicas do setor<sup>1</sup>.

Curiosamente, ambos os trabalhos apontam tendências em comum e mapeiam corretamente os principais obstáculos, desafios e oportunidades para o setor filantrópico no país. Embora usem abordagens diferentes, os dois oferecem reflexões de atores estratégicos que trabalham na área.

O relatório *Filantropia no Brasil* se baseia principalmente em conversas (entrevistas) com pessoas que atuam na promoção, apoio e fortalecimento do ecossistema filantrópico local. Como bem apresentam os autores: “trata-se de uma obra aberta, que não pretende ser um documento completo e acabado. Pode ser visto como um ponto de partida para que outros possam contribuir para a construção.”

Por sua vez, o livro *Filantropia de Justiça Social sociedade civil e movimentos sociais no Brasil*<sup>1</sup> é uma coletânea que reúne 22 artigos de autoria de profissionais que atuam no setor filantrópico local e internacional. Com base em uma ampla gama de abordagens teóricas e práticas, esta publicação apresenta, analisa e reflete sobre a filantropia de justiça social no Brasil e as

---

<sup>1</sup> Entre eles, podemos mencionar o Censo GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas); o relatório *Picture of Giving in Brazil* (Panorama da doação no Brasil), do IDIS (Instituto para o Desenvolvimento de Investimentos Sociais), a pesquisa FASFIL do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em parceria com o GIFE e a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais); O Mapa das OSCs realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e os estudos internacionais conduzidos por WINGS (*Worldwide Initiatives for Grantmaking Support*) e *Human Rights Funders Network* (HRFN; Rede de financiadores de direitos humanos).

<sup>2</sup> Hopstein, Graciela (org). *Filantropia de justiça social, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

suas interfaces, bem como os esforços coordenados com grupos da sociedade civil e movimentos sociais. Os e as autores/as desta coletânea são um grupo diversificado de profissionais que atuam no campo social, com diferentes formações acadêmicas e experiências na esfera nacional e internacional. Os artigos abrangem um amplo espectro de temas: direitos humanos na América Latina e no Brasil, uma perspectiva internacional sobre a filantropia na América Latina e no Brasil, a filantropia para a justiça social no país, a filantropia comunitária internacional e no Brasil e a mobilização de recursos e o investimento social privado.

## **Tendências da filantropia brasileira**

Ana Valeria Araújo, no artigo que integra esta publicação, destaca de forma precisa as principais tendências da filantropia brasileira com base nos resultados publicados no relatório da PSJP: a tímida expansão da filantropia brasileira em vista do potencial econômico do país; o advento da filantropia empresarial como o setor que mais mobiliza e investe recursos na área social, ao lado do surgimento de novos atores e dinâmicas, tais como a filantropia familiar e as empresas sociais; e a escassez de financiamento de projetos sociais que apoiem organizações da sociedade civil, particularmente para aqueles que trabalham nas áreas de justiça social e direitos humanos.

Ana Valéria também levanta uma questão crucial: a gama de significados que o conceito de filantropia assume no Brasil. Embora o termo filantropia esteja normalmente associado a ações de caridade, o conceito de investimento social é comumente “mais aceito” pela sociedade civil. A noção de filantropia está normalmente associada à doação, enquanto o investimento social ao desenvolvimento de programas e projetos criados e implementados por instituições de filantropia empresarial (membros do GIFE). As duas publicações mostram que o conceito de filantropia no Brasil carrega consigo conotações pejorativas, e é por isso que precisamos “libertar a filantropia de seu estado de maldição”, recuperando o significado original de “humanitarismo, ajuda e amor pelos outros/as”.

Também fica claro em ambas as publicações que, embora a filantropia brasileira demonstre novas tendências e potenciais — com base em um ecossistema cada vez mais complexo e diversificado —, ela ainda é de baixa intensidade levando em conta: a ausência de um arcabouço legal para promover doações; uma cultura de doação mais voltada para as áreas de educação e/ou bem-estar e menos para a justiça social; a criminalização de ONGs e movimentos sociais que trabalham com questões de direitos; e um diálogo tímido e incipiente entre os múltiplos atores que trabalham na área; e obstáculos conceituais associados ao conceito de filantropia.

## A falta de financiamento para organizações da sociedade civil

Um dos fenômenos que chama a atenção em ambos os estudos é a falta de iniciativas de apoio da sociedade civil no Brasil. Isso certamente indica a existência de um vácuo no mapa de financiamento para organizações e movimentos que afeta principalmente instituições de pequeno e médio porte e grupos comunitários de base, particularmente aqueles que trabalham nas áreas de direitos humanos e justiça social. De acordo com o Censo GIFE 2016, apenas 16% das fundações e institutos empresariais (membros do GIFE) se concentram principalmente em doar recursos para organizações sociais, enquanto 41% declaram que trabalham de forma mista, ou seja, desenvolvem seus próprios programas e doam recursos a terceiros. A ausência de práticas e ações de grantmaking desse setor pode ser explicada principalmente pela falta de confiança nas organizações da sociedade civil, juntamente com a ausência de um marco regulatório que favoreça as doações.

## Filantropia comunitária subdesenvolvida

Outra questão fundamental é o baixo nível de desenvolvimento da filantropia comunitária no Brasil. Embora existam quatro fundações comunitárias geralmente reconhecidas como tais (três das quais fazem parte da Rede de Filantropia para a Justiça Social), o crescimento e a expansão da filantropia comunitária no país certamente não seguem as tendências globais.

Para Jenny Hodgson, do *Global Fund for Community Foundations* (GFCF; Fundo global para fundações comunitárias), a filantropia comunitária deve ser entendida como um conjunto de estratégias voltadas para recuperar o poder e a voz de grupos mais amplos que se mobilizam coletivamente em busca de um bem comum maior. Para ela, é importante reconhecer que se trata de uma estratégia baseada no reconhecimento e na valorização do papel das comunidades locais, das suas lideranças e dos seus ativos na promoção de ações coletivas voltadas para alcançar o “desenvolvimento durável” de um determinado território e das suas populações, de acordo com as suas necessidades e potencialidades, fortalecendo as vozes e o poder das comunidades em busca de soluções próprias para os problemas existentes.

Com base no reconhecimento dessas dinâmicas, o programa Casa Comunidades, desenvolvido pelo Fundo Casa em 2017, com o apoio do GFCF, foi projetado para fortalecer a filantropia comunitária no Brasil, identificando iniciativas existentes desenvolvidas por organizações e grupos de base (apoiados pelo CASA) que “mobilizam recursos locais que são revertidos para ou reinvestidos nas comunidades”. Através de uma série de estratégias — tais como doações de pessoas físicas, fundos rotativos, bancos comunitários, microcrédito, negócios sociais etc., muitos associados à economia solidária —, grupos e comunidades locais trabalham para gerar recursos que garantam sua

sustentabilidade financeira e permitam o envolvimento em atividades voltadas para o desenvolvimento das comunidades. A análise sugere que a filantropia comunitária tem enorme potencial no Brasil e é particularmente relevante em vista dos desafios significativos enfrentados pelo país em relação a desigualdade, direitos humanos, governança dos recursos naturais e mudanças climáticas.

Partindo dessas ideias iniciais e do potencial de desenvolvimento da filantropia, a Rede de Filantropia para a Justiça Social, o GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), e a Global Fund for Community Foundations (GFCF) no ano de 2019 criaram uma parceria com a finalidade de promover debates e experiências sobre a temática, reconhecendo e dando visibilidade às iniciativas existentes e estimulando a criação de novas, por meio da realização de debates e promoção de troca de experiências com atores que atuam no campo da filantropia e do investimento social privado (ISP), buscando engajar aqueles que já atuam no campo e sensibilizar novos que trabalham no campo da filantropia e do investimento social privado.

**Graciela Hopstein** é coordenadora-executiva da Rede Brasileira de Filantropia para a Justiça Social.

## A filantropia brasileira vai pular a "fase de grantmaking" e passar diretamente a um modelo de investimento de impacto?

Jessica Sklair

Em conversa com o diretor de uma fundação, após um recente evento no circuito filantrópico em São Paulo, mencionei o entusiasmo do setor filantrópico brasileiro pela crescente tendência global do investimento de impacto. O diretor da fundação concordou, mas lembrou-me que a filantropia brasileira ainda precisa adotar integralmente a prática de *grantmaking* — e, portanto, um papel significativo no apoio às organizações da sociedade civil do país — que constitui a base da atividade filantrópica no Reino Unido e nos EUA. Em vez disso, a maior parte dos recursos de fundações brasileiras é destinada à operação de seus próprios programas (essa é uma característica central da filantropia brasileira, conforme destacado pelo relatório da PSJP *Filantropia no Brasil*, publicado em 2018). Com a atual tendência de investimento de impacto, nos perguntamos: será que a filantropia brasileira está pronta para pular a fase de *grantmaking* e passar diretamente a um modelo baseado em investimentos, levando o foco para ainda mais longe das organizações da sociedade civil, na direção de empresas sociais como veículo preferido para impulsionar mudanças sociais?

Ambos concordamos que tais previsões futuras eram prematuras, dada a atual lacuna entre o discurso otimista em torno do investimento de impacto e a escala do que ele já conseguiu alcançar na prática. A ideia, no entanto, é interessante e levanta a seguinte questão adicional: quais seriam as implicações de tal mudança tão radical, de um modelo filantrópico para um baseado em investimentos, no contexto brasileiro? Embora esse tópico seja amplo demais para ser abordado integralmente em um breve artigo, eu gostaria de esboçar alguns temas amplos que chamaram a minha atenção durante um recente projeto de pesquisa (no contexto do pequeno, mas crescente setor de investimento de impacto do Brasil), que podem ser relevantes para este debate.

### Encontrando o equilíbrio certo entre filantropia e investimento de impacto

Nas últimas décadas, a redução do financiamento do setor público e a retirada de ONGs estrangeiras e agências de desenvolvimento (que agora concentram seus esforços em países considerados mais carentes financeiramente do que o Brasil) resultaram em uma crise de financiamento para as organizações da sociedade civil brasileira. Iniciativas como as que estão sendo realizadas pelos

membros da Rede de Filantropia para a Justiça Social para incentivar o *grantmaking* entre os filantropos brasileiros, certamente, assumiram uma nova urgência. Nesse contexto, é importante que as tendências emergentes voltadas para a promoção dos investimentos de impacto e negócios sociais sejam projetadas para complementar o trabalho e a especialização de organizações do setor civil, e que não se tornem concorrentes com relação aos já escassos recursos de financiamento disponíveis.

Os proponentes do investimento de impacto com quem conversei no Brasil estavam de acordo com essa visão. Entre investidores, gerentes de fundos de impacto e aceleradores de negócios sociais em São Paulo, ouvi um consenso geral de que o investimento de impacto não pode e não deve substituir a filantropia tradicional, pois o negócio social não é o modelo certo para resolver todos os problemas sociais. Profissionais dessa área me disseram também que, em geral, é necessária alguma filantropia para apoiar os primeiros modelos de negócio social até que se tornem economicamente sustentáveis.

### **Trabalhando em busca de maior clareza**

Nesses setores, no entanto, parece de fato haver uma necessidade de maior clareza sobre quais tipos de questões sociais e ambientais são mais bem abordadas por meio de modelos de negócio social e de investimento de impacto e quais se beneficiarão das abordagens mais tradicionais de organizações sem fins lucrativos, apoiadas pelo *grantmaking* filantrópico. Paralelamente, e a fim de garantir que haja financiamento disponível para ambas as abordagens, o emergente setor de investimento de impacto no Brasil pode se beneficiar de uma discussão mais ampla sobre a origem do capital que os investidores de impacto estão usando para fazer seus investimentos.

O investimento de impacto deveria fazer uso de fundos já destinados a atividades de mudança social (p. ex., por fundações filantrópicas e bancos de desenvolvimento)? O foco deveria ser persuadir as fundações beneficiadas a examinar onde seus ativos estão sendo investidos e buscar um melhor alinhamento dos investimentos existentes com sua missão social (seguindo o exemplo da Fundação Heron)? Ou será que esse movimento deveria, na verdade, incentivar mudanças nas atividades de investimento convencionais, a fim de encorajar os investidores a fazer escolhas mais éticas em seus portfólios de investimento como um todo (conforme defendido por grupos como a 100% *Impact Network* da *Toniic* nos EUA)?

### **Desigualdade e inclusão nas estratégias de investimento de impacto**

O relatório *Philanthropy in Brazil* (Filantropia no Brasil) da PSJP aponta uma série de razões pelas quais — apesar dos sinais de que algumas fundações

podem estar começando a dar mais prioridade às doações — os níveis de grantmaking continuam muito baixos entre as fundações brasileiras. Essas razões incluem um ambiente legal e fiscal desfavorável para doações, a ausência de mecanismos legais apropriados para a criação de fundos patrimoniais de fundações, e baixos níveis de confiança e compreensão em torno do trabalho das organizações da sociedade civil. Alguns comentaristas argumentaram ainda que a relutância das fundações corporativas que ainda dominam o cenário filantrópico no Brasil em se comprometer com as práticas de grantmaking em alta escala está relacionada também com a presença de estruturas profundas de poder e desigualdade, que têm moldado a sociedade brasileira desde sua formação (ver o artigo de Fernando Rossetti, disponível nesta publicação). Não é coincidência que as organizações que estão na vanguarda do movimento para incentivar o grantmaking no Brasil, como os membros da Rede de Filantropia para a Justiça Social, frequentemente trabalham em questões relacionadas aos direitos humanos e à justiça econômica e social — precisamente os tipos de questão que as fundações corporativas avessas ao risco veem como sendo politizadas e sensíveis demais para se envolverem.

A atual crise política e econômica do Brasil — e sua recente campanha eleitoral marcada pela polarização — foram acompanhadas por um aumento da violenta opressão ao ativismo pelos direitos humanos, uma tendência que vem se desenvolvendo de forma progressiva, chegando ao ápice no chocante assassinato de Marielle Franco, vereadora e ativista, no Rio de Janeiro em março de 2018. Nesse cenário sombrio, o trabalho das organizações da sociedade civil na área dos direitos humanos e da justiça social assumiu uma nova urgência. Se uma mudança na direção de novos modelos de investimento de impacto significa pular a "fase de grantmaking", o que significaria para os potenciais doadores da filantropia brasileira ter um envolvimento mais direto com questões de direitos humanos e justiça econômica e social no futuro? Os modelos de investimento de impacto e de negócio social podem levar a filantropia nessa direção?

Para responder a essas perguntas, talvez precisemos examinar as questões de propriedade e responsabilidade pela tomada de decisões relacionadas às atividades dos modelos de negócios de impacto — e a disposição dos investidores de impacto filantrópicos para ceder o controle sobre o uso de seus investimentos àqueles que estão construindo novos modelos de negócio social em campo. As imensas desigualdades (econômicas e outras) que ainda moldam a sociedade brasileira tornam imperativo que os investidores de impacto filantrópicos reflitam profundamente sobre suas próprias relações estruturais com aqueles que, em última instância, buscam se beneficiar com seus investimentos. Se uma mudança da filantropia brasileira tradicional para o investimento de impacto está no horizonte, seria prudente que os filantropos

desenvolvessem suas atividades de grantmaking em paralelo e considerassem a forma como os novos modelos de negócios de impacto podem contribuir para uma mudança sistêmica mais ampla, na direção de sistemas econômicos mais inclusivos e socialmente justos no Brasil.

**Jessica Sklair** é pesquisadora de pós-doutorado do Departamento de Antropologia da Universidade de Sussex e pesquisadora membro do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Londres. Ela realizou pesquisas sobre filantropia de fundações no Brasil e no Reino Unido, e seu atual projeto analisa o investimento de impacto no Brasil.

## Novos intermediários inovadores contribuem para o cenário da filantropia no Brasil

Leonardo Letelier e Luiza Serpa

"Caroline, acho que você deixou algumas coisas de fora em seu último artigo..."

"Oh, deixei? Ótimo, é uma excelente oportunidade para você resolver isso: pode escrever um texto sobre o relatório para uma nova publicação!"

"Oh céus, onde fui me meter..."

Foi mais ou menos assim que nasceu este artigo. Leonardo saboreava a leitura do relatório *Filantropia no Brasil*, de Caroline Hartnell e Andrew Milner, e pensou que ele poderia ter um tempero extra.

Vamos começar afirmando que concordamos incondicionalmente com o quadro apresentado: em essência, o setor não está atingindo seu potencial.

Correndo o risco de arruinar o artigo, aqui estão os principais destaques para quem ainda não teve a chance de lê-lo:

- O Brasil é a nona maior economia do mundo e o oitavo país em número de bilionários, mas ocupa a 75ª posição no World Giving Index de 2017 da CAF.
- As fundações familiares estão começando a decolar, e um pequeno grupo de fundos independentes de justiça social e organizações de filantropia comunitária surgiram nos últimos dez anos.
- Há uma série de iniciativas em andamento para promover uma cultura de doação e envolver uma grande fonte ilimitada de doadores individuais.
- Apesar de bem difundido, o investimento de impacto não está se desenvolvendo tão rapidamente quanto seus proponentes esperavam.

Vamos parar por aqui, mas é importante acrescentar que as fundações corporativas não contam com fundos patrimoniais e, portanto, não são independentes; estão mais focadas na execução de programas próprios e em temáticas centradas na educação. Com relação aos benefícios fiscais, as instituições atuam normalmente em silos verticais, focados em projetos e além do mais, Brasil conta com uma elite menos generosa do que poderia ser.

### Novos tipos de intermediários

Mas há algo mais por aí. Em algum ponto entre as fundações familiares, corporativas e comunitárias situam-se organizações como a SITAWI Finanças

do Bem, com sua oferta de "gestão de fundos filantrópicos", e o Instituto Phi, que fornece algo que poderia ser chamado de "intermediação filantrópica".

Ambas as organizações mobilizaram em torno de 20 milhões de reais (cerca de 6 milhões de dólares) ao longo dos anos de atuação e apoiaram centenas de organizações que, por sua vez, alcançaram centenas de milhares de pessoas. A SITAWI é especializada também em investimento de impacto — ela é a investidora de impacto mais ativa no Brasil, com mais de 30 projetos (embora estes sejam, na maioria, empréstimos subsidiados, que tendem a ser desprezados pela comunidade de investidores de impacto).

Para potenciais doadores, tais intermediários (para usar o jargão do setor financeiro) podem fornecer benefícios que neutralizam alguns dos desafios apontados no relatório: desconfiança e falta de uma conexão mais fácil entre a filantropia e o investimento de impacto.

Desde 2014, o Instituto Phi tem ajudado indivíduos e empresas a encontrar e apoiar projetos que amam. Primeiro, a equipe do Phi identifica a causa preferencial de um potencial doador. Em seguida, eles avaliam projetos nessa área, fazendo uma análise completa de suas organizações e enriquecendo seu banco de dados de ONGs avaliadas. Quando doadores chegam ao Phi com uma causa no coração, o Phi faz a ponte, ou intermediação.

A SITAWI tem uma abordagem diferente — mais parecida com o gerenciamento de fundos — e existe há mais tempo (10 anos), mas tem o mesmo efeito de reduzir as barreiras à doação. A SITAWI cria fundos que, em essência, são fundos direcionados pelos doadores (DAF, *Donor Advised Funds*), para os quais empresas e famílias contribuem, criando, assim, um orçamento filantrópico a partir do qual eles podem praticar sua filantropia. O doador pode escolher entre um "fundo filantrópico" (doações entram, doações saem) e um "fundo de reciclagem social/ambiental" (doações entram, empréstimos saem, ou outros instrumentos financeiros que visam reciclar o capital de saída). O que acontece depois depende da transação. Em alguns casos, a equipe da SITAWI realiza apenas uma devida diligência legal; em outros, eles vão além, às vezes chegando até a elaborar a justificativa do investimento antes de desembolsar os fundos.

Tem havido também alguma inovação no financiamento das organizações. O Phi tornou-se menos dependente do apoio de seus cofundadores atraindo colaboradores diretos e cobrando uma taxa de intermediação das corporações. A SITAWI conta com um *mix* de apoio direto, taxas de administração, projetos de consultoria e royalties de uma empresa irmã com fins lucrativos (que assessora investidores responsáveis). Isso permite que ambas as organizações reivindiquem algo como "para cada US\$ 1 (para apoio direto) que você nos der, podemos investir US\$ 10 em causas com as quais todos nós deveríamos nos preocupar".

## A visão por trás dessas novas organizações

Luiza Serpa (coautora deste artigo) é uma das fundadoras do Instituto Phi, criado com a ideia de atrair doadores para apoiar causas sociais. Leonardo Letelier (o outro autor), após trabalhar por alguns anos em uma empresa global de consultoria em gestão, criou a SITAWI com a ideia de que seria bom ter tipos de capital mais variados, ou diferentes tipos de instrumentos financeiros, disponíveis para criar impacto social.

Esses pontos de vista levaram as organizações a coliderar, fazer parte ou apoiar movimentos mais amplos mencionados no Relatório de Caroline e Andrew, como o *Dia De Doar* (versão local do *Giving Tuesday*) e o Movimento por uma Cultura de Doação. A trajetória mais longa da SITAWI permitiu também que ela realizasse pesquisas e estudos, como um estudo sobre fusões no setor social e outro sobre a eficácia da captação de recursos (a ser publicado em breve).

Em um país como o Brasil, onde doar não é exatamente a norma, é importante encontrar os potenciais doadores no lugar onde estão. O papel da intermediação é, em parte, fazer isso. Ela também abre as portas para ajudar os doadores a se tornarem mais sofisticados em sua abordagem e a apoiar causas mais "difíceis", como os direitos humanos e a justiça social.

Embora não existam estudos acadêmicos que possam responder a perguntas como: "que montante do capital desembolsado é capital adicional?" ou "que montante desse capital está sendo desembolsado de forma mais inteligente por causa do apoio do intermediário?", existe uma sensação de que organizações como a SITAWI e o Phi fornecem valor e geram impacto.

**Leonardo Letelier** é o fundador e CEO da SITAWI Finanças do Bem e **Luiza Serpa** é cofundadora e diretora executiva do Instituto Phi.

## A Rede de Filantropia para a Justiça Social: um ator estratégico de apoio à sociedade civil no Brasil

Graciela Hopstein

O artigo publicado nesta coletânea intitulado *Filantropia no Brasil: obstáculos, desafios e oportunidades* apontou para a falta de *grantmaking* como um dos principais desafios para o setor filantrópico brasileiro e para o desenvolvimento da sociedade civil no país. Uma evolução positiva nesse sentido é o surgimento da Rede de Filantropia para a Justiça Social como um ator estratégico no país já que os fundos e fundações comunitárias que a integram representam uma alternativa eficaz para financiar e fortalecer organizações e movimentos de pequeno a médio porte que atuam no campo dos direitos.

Por meio de estratégias diversificadas de *grantmaking*, as organizações membros da Rede promovem o acesso democrático a recursos financeiros em áreas geográficas remotas e "periféricas", envolvendo populações marginalizadas (e frequentemente criminalizadas) no que se refere ao seu acesso a direitos. Juntas, elas têm a capacidade de apoiar causas estratégicas, compreender o que está acontecendo e oferecer respostas rápidas a necessidades urgentes. Apoiar organizações da sociedade civil e movimentos sociais é uma estratégia crucial para fortalecer a sociedade civil brasileira e a democracia. Promover o acesso aos direitos — *ter o direito aos direitos* — é o ponto de partida fundamental para a consolidação da democracia.

Os fundos e fundações que integram a Rede de Filantropia para a Justiça Social começaram a surgir nos anos 2000, com o objetivo de apoiar ONGs e movimentos sociais no país. No contexto da retirada do financiamento internacional, a mobilização de recursos locais continua sendo um desafio importante já que setenta por cento dos recursos das organizações da Rede são provenientes da filantropia internacional. Embora recentemente alguns membros tenham fortalecido os vínculos com o governo, empresas e com a filantropia corporativa, a mobilização de recursos locais para apoiar a sociedade civil ainda é um grande desafio.

### Os membros da Rede

Os membros da Rede têm as seguintes características em comum: trabalham no campo da justiça social e/ou da filantropia comunitária; mobilizam e doam recursos para apoiar iniciativas da sociedade civil em diferentes áreas temáticas e geográficas, atendendo a diferentes grupos; são atores que tem a finalidade de transformar a realidade social brasileira e reduzir desigualdades relacionadas ao acesso a direitos.

Atualmente, a Rede é composta por dez organizações, oito fundos e três fundações comunitárias:

- Baobá – Fundo para a Equidade Racial
- Elas Fundo de Investimento Social, com foco exclusivo em promover o protagonismo de meninas e mulheres
- Fundo Brasil de Direitos Humanos, que trabalha para promover os direitos humanos no Brasil
- Fundo Socioambiental CASA, que promove o apoio a iniciativas que atuam na conservação e sustentabilidade socioambiental
- O Fundo PositHIVo, que trabalha para prevenir doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS, oferecendo assistência a pessoas soropositivas e combatendo o estigma
- ICS (Instituto Clima e Sociedade), que promove a prosperidade, a justiça e o desenvolvimento de iniciativas de baixo carbono
- ICOM (Instituto Comunitário Grande Florianópolis), que apoia o desenvolvimento comunitário e institucional em Florianópolis
- Instituto Baixada Maranhense, que apoia projetos sociais e de produção na Baixada Maranhense
- Tabôa, que apoia iniciativas de base e empreendimentos socioeconômicos no distrito de Serra Grande, Uruçuca, na Bahia, e em comunidades próximas ao Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC)
- ISPN – Instituto Sociedade Populações e Natureza- que atua no campo socioambiental apoiando povos e comunidades tradicionais, famílias agricultoras e organizações de base comunitária.
- A Casa Fluminense que através do Fundo Casa atua para fortalecer a atuação da sociedade civil do Rio, a partir do apoio a iniciativas de formulação, mobilização, e/ou monitoramento de políticas públicas alinhadas com a Agenda Rio 2030.

### **Como operam os membros da Rede? Qual o alcance da sua atuação?**

As formas de fazer *grantmaking* desenvolvidas pelas organizações da Rede são diversas. A maioria usa chamadas públicas (editais), mas algumas também doam recursos em resposta a propostas recebidas por meio de processos contínuos de solicitação e/ou com base em demandas específicas, atendendo às necessidades urgentes de organizações da sociedade civil, movimentos, ativistas e/ou defensores de direitos.

Certamente, há uma grande diferença entre a forma de atuação dos membros da Rede e os *grantmakers* do Norte Global. As organizações membro da Rede estão ancoradas no contexto sociopolítico brasileiro e latino-americano, com profundo conhecimento das agendas temáticas e realidades geográficas. Elas têm uma forte capacidade de coordenar, de compreender demandas específicas e de oferecer respostas imediatas às necessidades de grupos, coletivos e movimentos locais.

Essa é, sem dúvida, uma das características mais marcantes das organizações da Rede, e é por essa razão que elas não podem ser entendidas como "fundos intermediários". Desconstruir esse ponto é absolutamente vital. Embora a grande maioria dos fundos e fundações comunitárias mobilize recursos com fundações internacionais, eles devem ser vistos não como entidades que trabalham em nome dessas grandes fundações doadoras, e sim como parceiros delas, com capacidade de defender causas e se envolver em atividades complementares desenvolvidas por eles além de seus programas de *grantmaking*.

Com base em informações coletadas em diferentes pesquisas, entre 2000 e 2017 as organizações membros doaram diretamente um total de R\$ 146.895.761 (em torno de US\$ 41.970.217) para 10.669 ONGs e movimentos sociais no Brasil. Isso mostra quão significativa é a atuação da Rede em termos de alcance e volume dos recursos doados para apoiar iniciativas no campo dos direitos humanos e da justiça social.

Dado o alcance da sua atuação, a Rede deve ser vista como uma "rede de redes", reunindo um conjunto de atores diferenciados: ONGs, movimentos, financiadores, autoridades públicas, redes nacionais e internacionais, etc.

É importante enfatizar que o trabalho das organizações membros é significativo em termos dos recursos mobilizados e doados e dos projetos apoiados, mas também com relação aos resultados alcançados. De acordo com uma pesquisa interna realizada em 2013, 80% das organizações da Rede baseiam suas ações em modelos e teorias de mudança social. Todas elas realizam o desenvolvimento de capacidades (doações indiretas) e usam sistemas de monitoramento e avaliação que permitem informações sistemáticas sobre a eficiência e a eficácia das atividades que apoiam.

## Planos futuros

Nos próximos anos, a Rede vai trabalhar para fortalecer e expandir suas atividades fortalecendo parcerias e adicionando novos membros. Estamos cientes das várias iniciativas existentes no campo da justiça social e da filantropia comunitária que poderiam ser integradas para fortalecer efetivamente a Rede e nos ajudar a alcançar nossos objetivos.

Além disso, nós atribuímos uma grande importância à produção e à disseminação de conhecimento, tanto por meio da publicação de artigos quanto

pela realização de estudos e pesquisas e na promoção de debates e formações. Um exemplo interessante é a pesquisa sobre o *grantmaking* no Brasil que a Rede pretende desenvolver com a finalidade de mapear e conhecer as práticas desenvolvidas no campo a nível local. Precisamos obter uma compreensão mais profunda do escopo, do alcance e dos resultados de iniciativas voltadas para apoiar e fortalecer as atividades de ONGs e movimentos sociais no país.

Outra área estratégica é o fortalecimento da filantropia comunitária, dando maior visibilidade às iniciativas voltadas para alavancar o desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade das organizações da sociedade civil de base. Atrair novos atores e investidores sociais para essa área é igualmente importante.

Por fim, a Rede tem como objetivo organizar mais eventos locais e fortalecer a sua presença em fóruns internacionais. Expandir e diversificar as ações da Rede para torná-la mais visível na promoção de diálogos com diferentes atores é uma ação estratégica já que dessa forma ela poderá se tornar uma referência inspiradora não só no Brasil, mas também na América Latina e mais amplamente no Sul Global.

**Graciela Hopstein** é coordenadora executiva da Rede de Filantropia para a Justiça Social do Brasil.

## Mensagem ao nosso presidente sobre a filantropia nacional e o papel da sociedade civil na proteção da região amazônica.

Proteger a Amazônia não é uma "conspiração" da filantropia internacional.

Ana Toni

Alguns meses se passaram desde que o Brasil elegeu, com mais de 55% dos votos, o ex-capitão Jair Bolsonaro, candidato da extrema-direita. Quando a PSJP publicou seu relatório sobre filantropia no Brasil em maio de 2018, provavelmente nenhum dos colaboradores esperava esse resultado. Entretanto, naquela ocasião muitos já haviam falado sobre o espaço de atuação cada vez menor para a sociedade civil e, em especial, sobre as dificuldades enfrentadas pelos defensores do meio ambiente e dos direitos humanos, particularmente na região amazônica. Bem, se o espaço parecia pequeno na época desse relatório, a situação parece muito pior hoje.

Durante as eleições, ouvimos diversas vezes do próprio Bolsonaro e de alguns de seus partidários políticos que eles iriam suspender o recebimento de financiamento internacional por parte de ONGs internacionais e brasileiras que trabalham em questões ambientais ou de direitos humanos na Amazônia, porque elas representam o "interesse internacional". Em outras palavras, eles sugeriram que essas organizações eram uma ameaça à soberania nacional! Inclusive, chegaram a sugerir que elas faziam parte de um plano internacional, o plano Triplo A — de criação de um corredor florestal que começaria no Atlântico e cruzaria a Amazônia até os Andes — para internacionalizar o controle da Amazônia. Disseram até que a criação de tantas áreas indígenas e de conservação nacional na Amazônia fazia parte desse plano, e que era por isso que esses grupos ambientais e de direitos humanos precisavam ser detidos.

Essas declarações por si só nos deixam extremamente preocupados com o atual governo e suas possíveis ações em questões relacionadas à liberdade da sociedade civil, ao meio ambiente e aos direitos humanos e, também, refletem sua visão xenófoba acerca de organizações internacionais, sejam ONGs ou do campo da filantropia.

Eu poderia passar o resto deste artigo falando sobre essas preocupações, mas quero priorizar a mensagem implícita por trás dessas declarações no que se refere à filantropia no Brasil.

As declarações sugerem que, se essas organizações estão tendo que contar com dinheiro internacional, é porque os brasileiros — indivíduos, famílias ricas, empresas — ou as organizações filantrópicas brasileiras não estão preparados

para financiar iniciativas nessa área. Em outras palavras, os brasileiros e, em particular, os filantropos brasileiros não concordam ou não se importam com o trabalho dos cérebros pensantes e das ONGs que atuam na Amazônia para proteger nossa floresta e nossos povos indígenas. Ou seja, isso não é do nosso "interesse nacional"!

No entanto, as declarações mostram também uma profunda falta de conhecimento por parte de tomadores de decisões sobre a filantropia no Brasil e as circunstâncias sob as quais as doações filantrópicas nacionais ocorrem.

Eles provavelmente não sabem que, diferentemente de outros países, nossa legislação "pune" os doadores porque não lhes concede incentivos fiscais — como nos EUA, na Europa e em outros países. Em vez disso, no Brasil, os doadores têm que pagar ao governo uma taxa extra de 4% a 8% sobre o valor da doação.

Eles provavelmente não sabem que o Brasil ainda não tem incentivos fiscais nem um marco legal que forneça aos nossos homens e mulheres ricos a segurança de que, caso resolvam deixar sua herança para uma organização de caridade ou de interesse público quando morrerem, seus desejos e seu dinheiro serão respeitados e o dinheiro será usado com sabedoria. Eles provavelmente não sabem que, diferentemente de outros países, a maioria dos bancos brasileiros não permite que as ONGs recebam doações mensais por meio de débito direto, fazendo com que estas paguem taxas altíssimas a administradoras de cartões de crédito.

Certamente, se eles soubessem mais sobre o setor filantrópico de seu próprio país, entenderiam por que algumas ONGs no Brasil ainda precisam contar com doações internacionais de indivíduos e organizações filantrópicas. No entanto, em vez de acusar ou perder tempo perseguindo organizações internacionais ou de financiamento internacional, Bolsonaro e sua equipe econômica, que são grandes admiradores dos EUA, deveriam usar seu tempo para criar um ambiente econômico e legal mais propício, de forma a poder apoiar um ecossistema filantrópico nacional composto por indivíduos, famílias ricas e empresas que desejam usar seus recursos particulares para financiar ONGs de interesse público e cérebros pensantes. É claro que há dinheiro suficiente no Brasil, e se tivéssemos um ambiente legal mais adequado para apoiar as doações e a filantropia, certamente veríamos mais financiamentos nacionais para as ONGs que lutam por questões ambientais e de direitos humanos na Amazônia.

É vital que Bolsonaro e seus apoiadores aprendam que, apesar de todos esses obstáculos, existem muitas organizações filantrópicas genuínas no Brasil — como a Fundação Boticário, o Instituto Natura, o Instituto Arapyau, o Instituto Itaú Social, o Instituto Clima e Sociedade, a Fundação Amazônia Sustentável, a Fundação Bradesco e a Funbio, entre muitas outras — que trabalham diretamente ou que financiam organizações que atuam na Amazônia para

proteger nossas florestas e os direitos dos povos tradicionais. Eles devem saber também que milhares e milhares de brasileiros doam mensalmente do seu próprio salário e dinheiro para organizações como o Greenpeace, a Anistia Internacional e o WWF, porque querem que essas organizações continuem a lutar por nosso meio ambiente e nossos direitos. Além disso, é importante que eles se lembrem de que muitas organizações que trabalham na região amazônica, como a CESE, a CPT e o CIMI, entre muitas outras, são organizações criadas ou ligadas a igrejas cristãs e apoiadas por doações de milhões de brasileiros.

Não há dúvida de que nesse futuro obscuro, mais do que nunca, essas corajosas organizações em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos que atuam na região amazônica, nacionais e internacionais, precisarão do apoio dos brasileiros — e particularmente do apoio da filantropia brasileira. Os financiadores brasileiros terão que se pronunciar e mostrar que a luta pela Amazônia, sua floresta e seus povos não é uma "conspiração internacional", e sim do próprio interesse do Brasil. Como brasileiros e cidadãos globais, precisamos apoiar e lutar por isso.

**Ana Toni** é diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS). Ela é membro do conselho de diversas organizações, como a Gold Standard Foundation e o Baobá – Fundo para a Equidade Racial.

## A Filantropia no Brasil: oportunidades além do Bolsonaro

Márcia Kalvon Woods e João Paulo Vergueiro

Quase todo mundo já ouviu falar sobre o novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que de certa forma se assemelha ao presidente americano, a ponto de ter sido chamado de "Trump dos Trópicos" pelo Washington Post (EUA) e pelo Guardian (Reino Unido).

O.K., nós temos um presidente de direita no Brasil, conservador em questões sociais e liberal na economia. Não sabemos como ele vai lidar com o setor filantrópico ou com as organizações da sociedade civil, e tememos que esse relacionamento não vá ser muito bom.

Muito se falou sobre o Bolsonaro, mas quase ninguém percebeu que outra grande mudança aconteceu no Brasil nessas últimas eleições: tivemos um número incrivelmente alto de novos representantes eleitos para o legislativo.

O Brasil tem duas casas legislativas: a Câmara dos Deputados (a "câmara baixa") e o Senado (a "câmara superior"). A primeira é formada pelos representantes do povo e conta com 513 deputados em mandatos de quatro anos. O Senado representa os 27 estados do Brasil e tem 81 senadores em mandatos de oito anos.

De acordo com a Constituição brasileira, as eleições do Legislativo ocorrem no mesmo dia que as do Executivo, a cada quatro anos. Nas últimas eleições, em outubro de 2018, 52% dos eleitos para a Câmara dos Deputados e 85% dos eleitos para o Senado eram novos representantes. Os eleitores rejeitaram os antigos representantes de maneira esmagadora e votaram em nomes novos, em uma grande "onda de mudança".

Esses números nunca foram vistos antes em eleições legislativas no Brasil. Eles indicam que mais da metade do nosso congresso hoje está formada por recém-chegados, sendo que a maioria não tem experiência política e não entende muito sobre filantropia.

Em termos históricos, temos sido muito negligentes em defender a promoção da filantropia no Brasil. Em geral, as organizações não se unem para promover uma agenda progressista para o setor e lutar por seus interesses mútuos; isso só ocorre em resposta a um projeto de lei prejudicial ou a uma proposta desfavorável do governo.

A realidade do nosso novo congresso pode ser vista como uma ameaça ou uma oportunidade, e isso vai depender da forma como trabalharmos. Nosso entendimento é que podemos ter os legisladores como aliados, aprendendo

sobre nosso setor e nos ajudando a apresentar propostas que beneficiem e fortaleçam o setor filantrópico como um todo.

Mas se ficarmos na defensiva, assumindo que todos estão contra as nossas causas e o nosso setor, e não agirmos juntos para abrir um canal de diálogo, eles talvez não estejam abertos a nos ouvir e acabem rejeitando o que temos a dizer.

Esse novo mandato de quatro anos que acaba de começar pode ser a oportunidade de que precisamos para defender a filantropia como uma prioridade política. O governo vai ter que fazer grandes reformas, e é uma oportunidade para acabar com alguns absurdos, como o imposto estadual sobre doações a organizações da sociedade civil. Mas isso vai depender da nossa capacidade de trabalharmos juntos, como setor, para o nosso bem comum. Há muito o que fazer e muito a ganhar. Esperamos chegar lá.

**Márcia Kalvon Woods** é presidente do conselho da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e **João Paulo Vergueiro** é CEO da ABCR.

## ‘Ordem e progresso’ e generosidade? A filantropia brasileira resumida em poucas palavras

William Renaut

No relatório *Filantropia no Brasil* observa-se que a filantropia brasileira não está, de forma geral, alcançando o seu potencial nos campos da justiça social e direitos humanos. Como será o futuro da filantropia no contexto do governo de Jair Bolsonaro, que está ameaçando não apenas os avanços já conquistados na área de direitos de grupos socialmente marginalizados, mas também a existência e capacidade dos espaços da sociedade civil?

### Um frágil setor baseado no trabalho voluntário

Não podemos esquecer que o Brasil é uma democracia há apenas 30 anos: a Constituição atualmente vigente foi promulgada apenas em 1988, após o fim da ditadura militar. A criação de associações e ONGs no país é recente - 70% tem menos de 30 anos de existência; desta forma, esse setor tem limitações quanto ao seu tamanho e recursos – e em 2012 o número de organizações sem fins lucrativos no Brasil era estimado em 400.000. Essa quantidade não incluía as organizações religiosas, que, na pesquisa anterior, correspondiam a um quarto do total de organizações. Para além dessas limitações, o desafio do setor encontra-se no fato de que, com exceção de universidades e hospitais, 74% das organizações não conta com empregados e apenas 6% tem mais de 10. Em 2009, somente 20% dos membros da Abong (Associação Brasileira de ONGs) apresentavam um orçamento anual maior que um milhão de dólares.

### ONGs internacionais no Brasil

O Brasil, mesmo possuindo um terceiro setor limitado, é um local que conta com a presença de muitas ONGs internacionais, incluindo a Anistia Internacional, a *Oxfam* e o *Greenpeace*. A presença dessas organizações é, sem dúvidas, uma oportunidade para estimular a generosidade dos brasileiros. Por exemplo, a filial brasileira dos Médicos Sem Fronteiras possui 400.000 doadores. A magnitude dessas grandes organizações em termos de doadores não deve nos enganar, uma vez que, com exceção das áreas de direitos humanos e meio ambiente, grandes doadores internacionais tendem a se manter longe do país. Isso porque o Brasil tem sido cada vez mais visto como um país de renda média e, portanto, se torna menos prioritário para esses doadores. Em 2011, o país se tornou um doador internacional na área de ajuda ao desenvolvimento.

### Pouca confiança = pouca generosidade

As limitações do terceiro setor, mesmo para as organizações bem-sucedidas, estão longe de ser superadas. Na verdade, existe uma grande desconfiança no

Brasil para com as ONGs. Os escândalos de corrupção e as dificuldades na comunicação, mesmo se tratando de poucos casos (exceções), podem prejudicar o setor como um todo e afetam especialmente a captação de recursos. Além disso, o marco legal e fiscal complica ainda mais o exercício da generosidade. As doações estão sujeitas a taxas (as taxas variam de estado para estado, uma vez que o Brasil tem diferentes unidades federativas) e, quando existem listas de isenção fiscal, o registro para participar delas é longo e precisa ser renovado todos os anos. Ademais, mesmo que o pagamento dessas taxas seja de responsabilidade do recipiente das doações, o doador pode ser processado caso a ONG não o faça. A falta de confiança e o complexo contexto legal contribuem, em parte, para que o Brasil esteja em 2018 no 122º lugar no *World Giving Index* (Índice Mundial de Doações).

### Uma filantropia corporativa forte e operacional

Mesmo ocupando uma posição relativamente ruim nesse *ranking*, estima-se que 68% dos brasileiros sejam doadores e que essas doações correspondam a 4,2 bilhões de dólares por ano. Iniciativas como o Dia de Doar contribuem para o desenvolvimento de uma cultura de doação e generosidade. Para além das doações individuais, as empresas apresentam papel importante no que se trata de generosidade. O GIFE é a associação de referência quando se fala de filantropia e investimento social. Sem reivindicar representatividade, nota-se que 53% dos membros do GIFE são fundações corporativas e institutos empresariais privados, enquanto que apenas 17% são fundações familiares. De forma geral, as empresas estão cada vez mais financiando ‘projetos sociais’ (87%) ou promovendo o voluntariado entre seus empregados (67%). Por outro lado, as fundações brasileiras operam predominantemente seus próprios projetos e apenas 16% se concentram na distribuição de recursos e doações (*grantmaking*).

### Um contexto desfavorável para o desenvolvimento

Mesmo que o relatório da *Philanthropy for Social Justice and Peace* (Filantropia pela Paz e Justiça Social) aponte para várias áreas de melhorias e progresso - particularmente no problema de impacto do investimento -, a recente eleição de Jair Bolsonaro não augura nada de bom. Uma das primeiras ações do presidente eleito foi a de remover a proteção dos grupos LGBTI+ que até recentemente estavam protegidos pelo Ministério de Direitos Humanos. Ele também acusou as ONGs de ‘manipularem os brasileiros’ e criou formas legais para que seu governo possa controlar as ações dessas organizações no futuro.

Assim como nos EUA e na Hungria, o novo presidente do Brasil está dando ao seu governo o poder de dificultar as ações do terceiro setor e cabe perguntarmos: como os brasileiros e o campo da filantropia vão reagir diante disso?

**William Renault** é um consultor de comunicação e captação de recursos.

Este artigo foi originalmente publicado em [carenews.com](http://carenews.com) no dia 14 de janeiro de 2019. Trata-se de uma postagem cruzada com o website da *Alliance*.

*Publicado por Filantropia  
para a Justiça Social e Paz  
e a Rede de Filantropia  
para a Justiça Social, em  
parceria com Wings.*

*Junho de 2019*



[www.psjp.org](http://www.psjp.org)



[www.redefilantropia.org.br](http://www.redefilantropia.org.br)

Parceria:



[www.wingsweb.org](http://www.wingsweb.org)